

O CORPO E O AFETO AINDA SÃO HETEROSSEXUAIS?

THE BODY AND THE AFFECTION ARE THEY STILL HETEROSEXUAL?

Richard Roseno Pires¹

RESUMO

Este estudo em *rastros* trata-se das minhas afetações pelos caminhos de pesquisa os quais percorri durante o mestrado, e que se desfazem em *desconstrução* pelos espaços múltiplos de pesquisa-afeto desta universidade. Com este artigo, pretendo sugerir a produção da heterodivisão corporal e da monocultura dos afetos como *produto e efeito* de investimento das redes de saber-poder coloniais, isto é, em performance contínua. Diante desta impossibilidade do corpo e da afetação serem algo em si mesmos, sugiro que através de rituais cotidianos que performam uma *natureza pura* em oposição aos desvios e anomalias, pretende-se assegurar a falsa ideia de *natureza sexual* e *natureza afetiva*, onde a contraposição dualista entre *natureza* e cultura serviu, e serve, à invasão colonial e à colonização como um investimento político público. A tecnologia da diferenciação sexual como um investimento incitado-produzido, serve tanto para naturalizar seu sistema de dominação e suas técnicas quanto para tornar desejável seus processos de violência. Para este percurso desnaturalizante, conto com as contra-espitemologias *queer* de Judith Butler e Paul Preciado, apostando na análise da diferenciação sexual como um projeto heterocolonial, desembocando na rasura de contrato com o corpo heterodividido. Diante da coerência interna que o sistema sexo-gênero deseja, caminharemos, em uma última parte, com o pensamento de Geni Núñez acerca da monocultura dos afetos atrelada à colonização, como ao desejo por uma unidade governável em detrimento da multiplicidade afetiva. No estudo de ambas estas pessoas autoras, a heterossexualidade é sugerida como um sistema compulsório e colonial que precisa ser desnaturalizado e esmiuçado. Assim, recorro a pergunta título deste estudo: os usos políticos da categoria natureza castram o múltiplo? O corpo e o afeto ainda são heterossexuais?

Palavras-chave: Colonização; Sexo e colonização; Estudos descoloniais.

ABSTRACT

This study traces the paths of my affective experiences during my master's research journey, which unravel through the multiple research-affect spaces of this university. With this article, I aim to suggest that the production of bodily heterodivision and the monoculture of affections are products and effects of the investment of colonial knowledge-power networks, that is, in continuous performance. Faced with the impossibility of the body and affection being something in themselves, I suggest that through daily rituals that perform a pure nature in opposition to deviations and anomalies, the false idea of sexual nature and affective nature is meant to be secured, where the dualistic contrast between nature and culture has served, and still serves, colonial invasion and colonization as a public political investment. The technology of sexual differentiation, as an incited-produced investment, serves both to naturalize its system of domination and its techniques, as well as to make its processes of

¹ Licenciado, mestre e doutorando em filosofia Ética-política-PPGFIL-UERJ e graduando em pedagogia UERJ-FFP. E-mail:richardsrosenos@gmail.com

violence desirable. For this denaturalizing journey, I draw on the queer counter-epistemologies of Judith Butler and Paul Preciado, focusing on the analysis of sexual differentiation as a heterocolonial project, culminating in the erasure of the contract with the heterodivided body. In the face of the internal coherence that the sex-gender system desires, we will explore, in a final part, Geni Núñez thoughts on the monoculture of affections tied to colonization, as well as the desire for a governable unity at the expense of affective multiplicity. In the study of both these authors, heterosexuality is suggested as a compulsory and colonial system that needs to be denaturalized and dissected. Thus, I return to the title question of this study: do the political uses of the category of nature castrate the multiple? Is the body and affection still heterosexual?

Keywords: Colonization; Sex and colonization; Decolonial studies.

A HETEROSSEXUALIDADE COMO CONDIÇÃO AO HUMANO – UMA INTRODUÇÃO PROSTÉTICA

A marca do gênero parece “qualificar” os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta é “menino ou menina?” é respondida.
(Butler, 2023, p.193)

Na essência do que é lido como humano, a verdade do sexo opera como uma condição de existência, evidenciando haver uma verdade do-no sexo condicional à espécie (Foucault, 2017), e diante dessa ontologia, humanizamos uma criança a partir do momento em que ela passa a ser lida e estabilizada dentro de um verdadeiro sexo binário (Butler, 2023), como lembra nossa epígrafe. Este sexo implicaria em um significante-representante da coerência entre sexo-gênero-desejo, e, portanto, a viabilidade do nascimento passa a ter como condição o corpo e a afetação a partir da heterodivisão corporal, isto é, a heterossexualidade compulsória torna possível a viabilidade da vida. Mas, como desmantelar a coerência interna do sistema sexo-gênero-desejo e sua centralidade condicional ao que é humano? Como evidenciar suas técnicas culturais e rasurar a fronteira entre *natureza* e cultura?

O que acontece ao sujeito e à estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmascarado, explicitando-se como produtor e reificador dessas categorias ostensivamente ontológicas? Mas como questionar um sistema epistemológico/ontológico? [...] (Butler, 2023, p.8)

Achille Mbembe (2018) vai dizer que “A ‘ocupação colonial’ em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico[...].” (Mbembe, 2018, p.38). Nesse contexto de mapeamento corporal, a pele, recortada no corpo como uma fronteira de significantes, se faz simultânea aos processos violentos de colonização. Tendo a heterossociabilidade como eixo arquitetônico a ser substancializado, podemos sugerir que

essa superfície altamente regulável está imbricada à colonização (Preciado, 2022), e, consequentemente, ao desejo-afeto.

Maria Lugones (2014-2020), importante pensadora decolonial, sugere um sistema moderno de demarcação-territorialização de sexo-gênero-desejo ao corpo, e entende “[...] que os colonizados/as tornaram-se sujeitos em situações coloniais na primeira modernidade, nas tensões criadas pela imposição brutal do sistema moderno colonial de gênero[...]” (Lugones, 2014, p.936). Neste cenário, “[...]sob o quadro conceitual de gênero imposto, os europeus brancos burgueses eram civilizados; eles eram plenamente humanos.” (Lugones, p.936), por outro lado, a colonização “[...]inventou os/as colonizados/as e investiu em sua plena redução a seres primitivos, menos que humanos [...] agressivamente sexuais, e que precisavam ser transformados.” (Lugones, 2014, p.941). Esse sistema hierárquico, trata-se da “[...] inscrição de novas relações espaciais (“territorialização”) [e]foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias [...]” (Mbembe, 2018, p.39).

Na análise de Lugones (2020) passa a ser importante perguntar “[...]de que maneira a [diferenciação sexual] serviu, e serve, para a exploração/dominação capitalista global eurocêntrica.” (Lugones, 2020, p.17). Sendo “[...] importante levar em conta às mudanças que a colonização trouxe, para entendermos o alcance da organização do sexo e do gênero sob a força do colonialismo e no interior do capitalismo global eurocêntrico” (2020, p.16). Sugerindo que “A naturalização das diferenças sexuais é outro produto do uso moderno da ciência[...]” (2020, p.16), a pensadora nos introduz à análise que aqui pretendemos explorar: assumir: os processos de naturalização como uma grande estratégia das redes de saber-poder-prazer.

Tornar o gênero e o desejo visível através do sexo é dar a ao corpo uma lógica, é acreditar “[...] que, ao olhar para ele, podem-se inferir as crenças e a posição social de uma pessoa ou a falta delas” (Oyewumi, 2021, p.40). Nesse sentido, “[...]uma vez que o corpo é o alicerce sobre o qual a ordem social é fundada, o corpo está sempre em vista e à vista[...] E como tal, invoca um olhar de diferença, de diferenciação – o mais historicamente constante é o olhar generificado.” (2021, p.40). O corpo se torna um texto a ser lido e identificado enquanto um lugar plano de representações, onde passa a ser um depósito de inscrições e mensagens entre as fronteiras externas e internas (2021) que pretendem regular-gerir afetações e desejo.

Nesse sentido, a análise da heteronormatividade-colonial enquanto um amplo sistema de discursos culturais de interesse público amplia, ou melhor, *desconstrói*, o debate apenas ao

gênero, que estaria amparado em uma binariedade masculina e feminina. O encontro do pós estruturalismo com os feminismos², teria sido uma das potencialidades que alavancaram a proposta de analisar a heterossexualidade como um sistema compulsório - reificador do *sexo*, da genitália e das relações, como objetos de verdade, regulação, gestão e investimento. No seio deste encontro, sugerimos as análises do sexo em Foucault (2017), na qual passa a investigá-lo como uma tecnologia de governo que pretende assegurar uma determinada ordem pública. O *sexo passa a ser* analisado como efeito de incitações e investimentos na modernidade ocidental: um ideal regulatório perfeito que liga a unidade à multiplicidade (2017). Nesse sentido, o *sexo* não se trataria do que alguém é ou tem, mas de incitações e regulações para manter-produzir um corpo ficcional e estável através de discursos que nunca cessam.

As análises biopolíticas de Foucault (2017) sugerem a incitação do sexo em discurso enquanto explosões-reinscrições-múltiplas advindas de focos difusos, que pretendem garantir o efeito de verdade-estabilidade através da saturação das redes de saber-poder, onde a economia sexual moderna aparece em função de positivar e estabelecer uma lógica do sexo. Muito menos em dominação e mais em positivação, pretende-se tanto *produzir* quanto *governar* corpos vigorosos-saudáveis-funcionais nesta nova ordem médica-social-biológica que é a Biopolítica. A partir da metade século XVIII (Foucault, 2005), vê-se surgir algo novo, uma tecnologia de poder que não é disciplinar, como não mais estritamente incitada pela religiosidade, mas através de discursos sob a justificativa do bem estar, da saúde, do cuidado com a população, anunciando pretender evitar pandemias, patologias, como também mediar a natalidade e a morbidade, sob a justificativa de uma ordem biológica.

No centro do desejo ardente-urgente por evidenciar as incitações técnicas dessa suposta *natureza heterossexual fundante e originária*, está a sina por desnaturalizar o recorte do corpo em sexo e afetações como hétero-naturalizadas. Com este campo de rasura-bagunça entre o técnico e o orgânico, pretendo percorrer pensamentos contracoloniais que desmantelam a possibilidade de uma *natureza original* e que assumam a plasticidade-prostética da sexualidade e das afetações.

Para este caminho de desnaturalização, pretendo apontar as epistemologias *queer* de Judith Butler e seus anúncios do caráter performativo da identidade, desembocando no pensamento de Paul Preciado, com o objetivo de evidenciar o caráter técnico dos processos de naturalização-incorporação da (hétero)sexualidade. Assumindo o sistema sexo-gênero

2 Ver Butler (2013).

enquanto próteses culturais bioescritas cuja a centralidade é ímpar no regime fármaco-pornográfico, percorremos a defesa de uma sociedade contrassetual e a desnaturalização da genitália como representante *natural* da inteligibilidade do sexo-gênero-desejo. No caminho pela destituição da naturalização dos afetos heterossexuais, em uma segunda parte, alargaremos as análises das incorporações heterocoloniais com Geni Nunes (2023), perguntando se o afeto ainda é heterossexual, e se nossos modos de afetar e ser afetado tem como norte-desejo a posse, a tutela e a não autonomia sobre nosso corpo como condição imanente de afetação.

Diante disso, perguntemos: através de quais técnicas nossos corpos são produzidos como corpos viáveis e possíveis de serem vividos? O que constitui um corpo como possível? Através de quais rituais performativos o corpo se torna viável? É o sexo ultimo efeito de uma incontestável *natureza*? Como esta coerência interna entre sexo-gênero-desejo produz-gera nosso corpo e nossas afetações? É o corpo, os afetos, efeitos do desejo da maquinaria heterocolonial-capital? Como evidenciar tais processos de naturalização e destituir-bagunçar as fronteiras de separação entre *natureza* e cultura?

PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO E A IMPOSSIBILIDADE DE UMA NATUREZA PRÉ-DISCURSIVA

Não há nada a ser descoberto na natureza, não há segredo escondido. Vivemos numa hipermodernidade punk. Já não se trata de revelar a verdade oculta da natureza, e sim, da necessidade de explicitar os processos culturais, políticos e tecnológicos por meio dos quais o corpo, como artefato, adquire o status de natural. (Preciado, 2023, p.32)

Re corro neste início ao pensamento de Judith Butler, especialmente em “*Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*” (2023), quando a filósofa desnaturaliza o par sexo-gênero e sua relação metafísica substancial com a essencialidade do que alguém é, e sem o qual não poderia vir a ser. Na centralidade deste percurso, sugiro rasurarmos dualidades metafísicas sedimentadas - essência x aparência, masculino-feminino etc - para destituirmos a possibilidade de uma natureza fundante de corpo e de afetação: sexo e gênero, consequentemente, *natureza* e cultura. Investigaremos, desse modo, os atos performativos de gênero que se autonaturalizam e *performam* a ficção substancial da diferenciação sexual.

O gênero havia sido contestado, em algum grau, quando os feminismos ocidentais apostaram no caráter técnico das prescrições de feminilidade e, certamente, o pensamento

feminista de Simone de Beauvoir (2016) as teria potencializado no movimento de retirada da *natureza* a situação da categoria. Evidenciando a mulher enquanto uma situação cultural garantida por um contexto de práxis (2016), a obra *O segundo sexo* sugere que não haveria garantia na *natureza* que fizesse com que um corpo viesse a tornar-se mulher se não através de valorações culturais contextuais. No entanto, apesar de Simone de Beauvoir sugerir a mulher como uma situação contextual na década de 1950, o sexo nos feminismos das décadas seguintes foi mantido como um dado, uma miríade, como uma característica inata às mulheres e ao humano na maioria das pressuposições teóricas e políticas.

Judith Butler, na década de 1990, tinha como cerne de seu *Gender Trouble* tensionar a im-possibilidade do sexo como unificador e universalizador da categoria mulheres no seio do movimento político feminista. O par sexo e gênero, funcional no centro do feminismo até a década de 1980, parecia operar nas mesmas lógicas binárias as quais impediam o movimento de se lançar além (Butler, 2023). Manter a dualidade sexo (natureza) e gênero (cultura) reforçaria a heterossexualidade como uma natureza sexual garantida e operante no seio do pensamento feminista, e que falharia ao não notar o caráter técnico das prescrições sexuais. Pergunta Butler, “[...]em que medida esses dualismos problemáticos continuam a operar no interior das próprias descrições que supostamente deveriam nos levar para fora desse binarismo e de sua hierarquia implícita?” (Butler, 2023, p.224).

Nesse sentido, argumenta que o sexo operaria como um elo unificador e precursor à ação política, seja pressupondo um sujeito estável como condição de luta - mulheres, seja como norteador e finalizador da ação - patriarcado. Diante desta pressuposição de ação e finalidade que retirava a contingência do fundamento político, como apostar na categoria mulheres como estável e norteadora, de ação e luta política, se a estabilidade da identidade somente passa a ser garantida quando esta torna-se viável a partir dos termos do que é inteligível? Butler evidenciaria que a categoria mulheres, definida em termos de feminilidade e a partir de pressupostos biológicos - maternidade, menstruação, anatomia, útero etc- seria efeito de uma economia de investimentos heterossexuais, portanto, a aposta nestes princípios identitários como requisito e ação poderiam levar o movimento político à imobilidade e despotencialidade de uma política radicalmente democrática.

Esta radicalidade da contingência política, que não pode ser garantida pelo sexo, proposta por Butler, sugere que a categoria mulher precisaria estar sempre aberta, indefinida, consequentemente, irrepresentável e contingente, pois à medida que essa se fecha e se unifica, ela somente poderia ser excluente e antidemocrática. Ou seja, a universalidade-

humanista feminista teria como condição a exclusão na ontologia de seu movimento político. Neste sentido, o sexo apareceria como uma prévia a-histórica que garantiria a unidade do feminismo a partir do discurso de uma *natureza* humanista incontestável. No entanto, não seria minimamente irônico que apostemos no sexo como liberação sem perguntar por seus processos de significação? (Butler, 2023)

Para desmantelar esta unidade ficcional, Judith Butler sugere que não haveria distinções entre sexo e gênero, pois à medida em que o sexo se trata de um efeito do discurso de gênero, não haveria diferença estrita entre eles, pois ambos surgem de uma mesma inteligibilidade cultural (2023). Esta impossibilidade de um corpo visto fora do discurso, provocaria uma *desontologia* radical do humano (Rodrigues, 2012), pois já não apenas o gênero seria uma construção, como afirmava as feministas, até a década de 1980, com alguma certeza, mas o próprio sexo. A análise deste ideal regulatório perfeito e naturalizável, evidenciaria os usos políticos da categoria de natureza e seu caráter altamente regulatório e investido (Butler, 2023).

Nos caminhos por tornar evidente o caráter técnico do sexo e sua impossibilidade pré discursiva, Butler sugere a impossibilidade de reconhecer o corpo nele mesmo, já que qualquer percepção do corpo estaria fadada pelo caráter altamente condicionante dos discursos; se o corpo é percebido através de uma inteligibilidade discursiva, logo seu caráter *natural* seria rasurado todas as vezes que tenta o acessar (2019). Neste argumento, Butler sugere que tanto o sexo quanto o gênero não se tratariam de atributos do que alguém é ou tem, mas de atos performativos reiterados que pretendem garantir uma ficção de substância e unidade.

O caráter performativo, chama atenção Butler, pretende sugerir o aspecto altamente performativo da aparência de estabilidade e interioridade que a ontologia do corpo carrega, “[...]no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (Butler, 2023, p.235). Sugerindo que:

O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público (2023, p.235).

Nesse sentido, Butler pode argumentar que não haveria essência que garantisse a prescrição do gênero ao corpo, se não atos performativos reiterados que nunca cessam,

saturados da pretensão de garantia de substancialização corporal. Os gêneros, para Butler, “[...]não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável” (2023, p.236), na medida em que não ocupam status ontológico, mas repetições.

A noção de performatividade sugere o cenário em que se executa esta ação, enquanto a *performance* seria a ação executada e ambas estariam em coexistência. Não havendo, portanto, sujeito anterior a ação se não como uma ficção, ou especificamente, não haveria fazedor por trás dessa ação, a obra seria tudo, como diz Butler, parafraseando Nietzsche (2023). Portanto, a ação é efeito de uma inteligibilidade que nunca retorna a um original, mas à cópia, da cópia, da cópia. Como lembra Butler, os gêneros são cópias malfeitas que anunciam neles mesmos sua impossibilidade de substancialização pela evidente necessidade ritualística da performatividade (2023).

A análise butleriana do sistema sexo-gênero-desejo, além de tantos referenciais, carrega as lentes biopolíticas de Foucault, as quais permitiram a filósofa sugerir o sexo como *efeito* de uma economia sexual altamente investida e incitada. Neste argumento foucaultiano (2017), o sexo não seria uma superfície *natural*, mas lógicas do sexo estimuladas através de algo que via-se nascer na modernidade como condição ao estado moderno biopolítico: o dispositivo de sexualidade. Explodindo uma série de dispositivos difusos e heterogênicos, esta explosão discursiva de modos de *ver e falar* da sexualidade, pretendiam assegurar o bom funcionamento do sexo, onde sua mecânica de funcionamento consistia em ampliar e expandir discursos para, enfim, governar.

Nesta análise de uma economia sexual moderna no núcleo das mudanças das tecnologias de governo diante do neoliberalismo crescente, o sexo aparecia como foco de investimento das redes de saber-poder, em que o desejo por vitalidade e bom funcionamento da espécie fariam do sexo não mais um problema do pecado e de religiosidade, mas uma questão de felicidade e de utilidade pública. Esta mudança nas análises das redes de saber-poder, lidas não mais a partir da dualidade opressão e soberania, mas como incitação e investimento, permitiram Butler sugerir que o sexo se trata de um efeito de uma inteligibilidade altamente investida e regulável e, para que sua gestão seja possível, o produz dentro de seus próprios termos. Sendo assim, a noção de *performatividade* butleriana sugere que a garantia da ficção de *natureza* sexual passa a ser possível por seu caráter incessante de produzir o que pretende governar.

Com esta seção, podemos sugerir que as engrenagens performativas produzem e ocultam seu caráter produtivo através de atos que se autonaturalizam, *garantidos* pelo status de natureza e pelo caráter punitivo do gênero; assim, incitam tanto o cenário da inteligibilidade, quanto a ficção substancial de sujeito diferenciado sexualmente. Desse modo, oculta seus atos performativos, seu caráter técnico, e como estratégia biopolítica nos faz desejar as fantasias de *natureza* como liberação e como único mundo possível. Nesta ironia do dispositivo de sexualidade em seu grau performativo, o que restaria ao sexo? (Butler, 2023) Se é que restaria alguma coisa como atributo de *natureza*. Resta, diria, perguntar pelos processos que ocultam e naturalizam a possibilidade de um discurso anterior a cultura.

CONTRASSEXUALIDADE E TECNOLOGIAS DO SEXO

A ideia de poder positivo, advinda de Foucault, faz-se também central nas análises de Paul Preciado no *Manifesto contrassexual: Práticas de subversão da identidade sexual* (2022). Ao sugerir a coexistência de uma virada tecnológica à sexualidade, Preciado pretende evidenciar que as teorias feministas humanistas se pautaram na dualidade tecnologia e *natureza* ao promover uma retomada à uma essência *natural feminina* e a demonização das tecnologias. O desejo por identificar um inimigo comum às mulheres, universal e patriarcal, tendo a natureza como uma finalidade de luta abençoada pela Deusa, não notaria a sexualidade como atravessada por difusas camadas de saber-poder gerativo-positivo: acabaram por pensar em técnica apenas como repressão. Preciado (2022) nos diz que:

Para Foucault, a técnica é uma espécie de micropoder artificial e produtivo que não opera de cima pra baixo, mas circula em cada nível da sociedade (do nível abstrato do estado ao nível a corporalidade). Por essa razão, o sexo e a sexualidade não são efeitos das proibições repressivas que obstaculizariam o pleno desenvolvimento de nossos desejos mais íntimos, mas o resultado de um conjunto de tecnologias produtivas [...] (Preciado, 2022, p.156)

Nesse sentido, a forma mais potente de controle da sexualidade não seria a proibição, mas “[...] a produção de diferentes desejos e prazeres que parecem derivar de predisposições naturais (homem/mulher, heterossexual/homossexual), e que serão finalmente reificados e objetificados como “identidades sexuais” (Preciado, 2022, p.156). Donna J. Haraway, no *Manifesto Ciborgue*, em 1985, nos lembra de Foucault como alguém que teria sugerido o caráter altamente técnico das incorporações-incitações como condição ao corpo no século

XX, neste sentido, o pensamento biopolítico de Foucault seria uma débil premonição do Ciborgue (Haraway, 2009). Haraway, neste estudo tão importante para a fragmentação da identidade sexual quanto *Gender Trouble*, sugere a impossibilidade de um corpo ausente de processos de incorporações tecnológicas, afirmando: somos todos ciborgues, quimeras, híbridos, tecnicovivos (2009). Preciado (2022), de encontro a Haraway, nos lembra que o ciborgue trata-se de um corpo vivo em constante mutabilidade tecnológica:

[...] não é um sistema matemático e mecânico fechado, mas um sistema aberto, biológico e comunicante. Não é um computador, mas um ser vivo conectado a redes visuais e hipertextuais que passam pelo computador, de tal maneira que o corpo conectado se transforma na prótese pensante do sistema de redes. (Preciado, 2022, p.167)

Afirma, junto de Haraway, que a noção de tecnologia é crucial para determinar as especificidades binárias e fronteiras coloniais do que é plenamente um corpo viável: humano x animal, humano x selvagem, natural x cultural etc. Passando a defender a “produção prostética do gênero”, sugere Preciado (2022) que a maior façanha das tecnologias sexuais e de gênero “[...] não foi apenas a transformação dos corpos femininos, mas a invenção de certas diferenças políticas como algo orgânico” (Preciado, 2022, p.154). O Corpo, em Preciado (2022), passa a ser uma bioescritura, tanto orgânica quanto técnica:

O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e de recitação dos órgãos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais. (Preciado, 2014, p.26, grifo de Rafael Haddock-Lobo, 2018, p. 91)

No desejo por desnaturalizar esses processos performativos que se autonaturalizam, “[...] numa resposta raivosa à castração heterocolonial da radical multiplicidade e das formas de produção de desejo e de prazer do ser vivo” (2022, p.14), Preciado sugere o caráter altamente prostético e técnico da produção do sistema sexo-gênero-desejo (2022). Nesse sentido, pretende evidenciar que a dualidade essencialista x construtivista não passaria de modelos cartesianos de pensar o corpo: seja o inatismo das características sexuais naturais-essenciais, seja o corpo imóvel no qual a cultura se prescreve. Contrário à ambas estas categorias dualistas, o pensamento contrassexual (2022) passa a sugerir a impossibilidade de separação entre o que é mecânico e orgânico, já que “[...] é impossível estabelecer onde terminam ‘os corpos naturais’ e onde começam as ‘tecnologias artificiais’: os ciberimplantes,

os hormônios, os transplantes de órgãos, a gestão do sistema imunológico no HIV, a internet, etc. são apenas alguns exemplos entre outros” (2022, p.158). Nesse contexto de incorporações e impossibilidades de separações técnicas e orgânicas, passa a ser interesse de Preciado (2022) “[...]essa relação promiscua entre a tecnologia e os corpos. Trata-se de estudar de que modos específicos a tecnologia “incorpora” ou, dito de outra forma, “se faz corpo” (p.158).

Poderíamos percorrer acontecimentos políticos e suas mudanças corporais, como a segunda guerra mundial e as modificações das relações de trabalho acopladas à máquina sugerindo o modo como a prótese atuaria em tais incorporações. Mas, para ficar com um exemplo mais *ordinário*, podemos sugerir a televisão como uma prótese dos olhos e dos ouvidos, que produzem um complexo sistema de compartilhamento de informações públicas, como o cinema e sua incitação-regulação à imaginação e ao sonho (Preciado, 2022). Sem falar na internet e nos dispositivos eletrônicos, que incorporados às nossas práticas, nos fazem sentir impotentes diante de sua ausência. Neste sentido, lembra Preciado, não haveria escolha de aderir ou não às tecnologias prostéticas: já seríamos todos os falantes tecnicovivos.

Tal como essas tecnologias, o sistema sexo-gênero seria uma tecnologia prostética incorporada e variável no decorrer do tempo e da cultura, que tem como sua principal artimanha a produção de uma posição ficcional de *natureza*. Este lugar de natureza original, consistiria no principal mecanismo de dominação biopolítica, principalmente, por não permitir que os falantes reconheçam os modos através dos quais são subalternizados e produzidos. Nesse argumento, Preciado sugere o caráter altamente inescapável das incorporações tecnológicas, que não são nem “sujas” e nem “limpas” nelas mesmas (Haraway, 2009). Diante do assumir da nossa tecnicidade, como filhos ingratos do capital neoliberal (Haraway, 2009), o manifesto contrassexual sugere que podemos criar bolhas de resistência reconhecendo o caráter altamente técnico do corpo diferenciado sexualmente.

Na contrassexualidade os objetos de maior grau tecnológico (*high tech* – internet, computadores, dispositivos etc) como os de menor (*low tech* – *dildo*, o transar, os hormônios etc) ganham espaço de análise nesta sociedade farmacopornográfica.³ A sexualidade em suas

3 A sociedade farmacopornográfica, tal como pensada por Preciado em *Testo Junkie* (2023), pretende analisar os modos como o sistema sexo-gênero-desejo tornam-se centrais no eixo do capital neoliberal colonial, tendo *in loco* a indústria farmacêutica e pornográfica. Sugerindo que as redes de saber-poder-prazer já não apenas fazem a superfície do corpo altamente reguláveis, mas passam a atuar expandindo suas artimanhas através de vias hormonais, prostéticas etc.

coreografias sedimentadas e monolinguísticas passam a ser analisadas como um ritual binário reduzido à heterodivisão corporal e aos papéis de gênero. Diante desta era de incorporações, em que os soldados mutilados passam a receber próteses para que sejam reabilitados em sociedade, e o corpo-máquina de um operário em fábrica reafirma o lugar de trabalhador e homem de família, por qual motivo essas incorporações não poderiam ser subvertidas, deslocadas e des-construídas? (Preciado, 2022).

A noção de resistência e técnica foucaultiana abre diálogo à proposta de Preciado de contraconduta: já que por técnica entende-se não um artefato externo ao corpo, mas um modo de subjetivar, passa a ser a partir da contra produção de uma sexualidade hegemônica e naturalizada que a contra produção de pontos difusos de resistência torna-se possível. Nesse sentido, as redes de saber-poder não se tratam de uma relação dominante e dominado, mas uma cadeia-rede de forças as quais se sustentam como possíveis por estarem lançadas em relações-dialéticas, isto é, “[...]o caráter estritamente relacional das correlações de poder. Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam[...].” (Foucault, 2017, p.104).

Esta noção de resistência está associada a uma virada estética irresistível no manifesto: o estudo das coreografias de contraconduta dos desvios e das brincadeiras ontológicas (Preciado, 2022) – as bichas, as caminhoneiras, as indesejáveis e sedentas, as que comem com os dedos, as *drag queens*, as que dão o *cú*, as que assumem a tecnicidade dos gêneros etc. Sugerindo essas subversões que a heterossexualidade falha ao não poder se substancializar, a contrassexualidade aponta para a anormalidade dos desvios como bioescrituras performativas que se multiplicam como um organismo vivo.

Fomos ensinados no monolingüismo sexual e esta heterossexualidade “[...]é a língua que não conseguimos perceber como artefato social[...].” (Preciado, 2022, p.17). Esta contingencia anunciada sugere a multiplicidade irredutível dos sexos: “A contrassexualidade é uma tentativa de tornar estrangeiro à própria sexualidade e de se perder na tradução sexual.” (p.17). Contra a automação sexual, o *dildo*, um objeto de madeira *low tech* encapado com borracha, ocuparia este não lugar enunciativo da incorporação técnica da sexualidade, evidenciando o caráter altamente prostético do sexo; seria um nômade que percorreria qualquer espaço corporal, impossível de naturalizar-se.

O *dildo* que goza, que come um *cú*, como também o ânus que sente prazer, as práticas sadomasoquistas que parodiam uma vida normativa estável, sugeririam o caráter altamente prostético da diferenciação e da coreografia sexual. As práticas contrassexuais não tem como

objetivo o prazer físico e nem a produção e identidade, mas “[...] a experimentação de afetos e a liberdade.” (p.20). A prótese, especificamente o *dildo*, estaria nesse cruzamento prostético de órgãos-máquina do pós-humano, desestabilizaria a identidade sexual a tornando nômade e de qualquer um, lançando-nos no limite do “[...]orgânico e da máquina, a prótese introduz no sexo e na sexualidade não só a ontologia do devir e da despossessão, mas também a política do travestimento somático.” (2022, p.18). O *dildo* interviria nessa “coreografia sexual com roteiro e desfechos produtivos predeterminados.” (2022, p.23), apostando na tradução de sexualidades desconhecidas, na “[...]experimentação radical de novas práticas de emancipação sexual e autogestão sexual coletivas.” (p.24). Mesmo sendo ele, e justamente por ser, este objeto relegado a “[...]uma ‘simples prótese inventada como paliativo da incapacidade sexual das lésbicas’” (2022, p.32).

Estes princípios contrassexuais, anunciariam que tanto a arquitetura do corpo é política quanto as bioescritões do sexo-gênero também são, sugerindo que a heterodivisão corporal não passa de um texto socialmente inscrito e naturalizado, e como o território, a pele, careceu de ser recortada, dividida e inserida em significantes corporais (2022). A erotização do ânus e do *dildo*, por fim, não gerariam reprodução, geram benefícios que não podem ser medidos dentro de uma economia heterocêntrica, e pelo ânus, segundo Preciado, o sistema tradicional de representação do sexo/gênero e a obediência à sexualidade normativa dividida em papéis binários, vai à merda.

Em suma, podemos sugerir que esta bioescritura corporal, tal como analisada por Preciado, analisa o caráter altamente investido e prostético do sexo-gênero e, ao bagunçar as fronteiras entre o que é orgânico e plástico, deseja rasurar as coreografias sedimentadas e os mapas cognitivos sexuais binários da heterossexualidade. Nessa rede destituidora da possibilidade de *natureza* ausente de tecnicidade, teria no anúncio do ciborgue de Haraway, como na impossibilidade de um corpo pré discursivo, mas sim, performativo, de Judith Butler, e nas técnicas de sujeição e de resistência de Foucault, a centralidade de seu percurso de desnaturalização do sexo e rasuras das fronteiras entre *natureza* e cultura. A partir desta *herança*, alguns anúncios contrassexuais de desnaturalização da sexualidade heterosexual e binária tornaram-se possíveis. Nesse sentido, ambas essas pessoas autoras serviram como um *dildo*: teorias *dildo*, livro *dildo*. E, como técnicas incorporadas, auxiliaram Preciado a pensar no corpo como uma tecnologia social-cultural bioescrita.

Assim, nos lembra a contrassexualidade dos usos políticos da categoria natureza: incitando a heterossexualidade a ocupar o lugar de original-natural, mas, desde sempre,

tratou-se de incorporações prostéticas cuja organicidade e tecnicidade coexistem. Desse modo, através da desnaturalização dos rituais performativos que pretendem garantir a ficção do natural e a partir da contra produção das coreografias de naturalização, os desvios contrassexuais tornam-se centrais para a subversão das coreografias sexuais sedimentadas, bagunçando sistemas de *natureza* e anunciando a multiplicidade afetiva sexual.

MONOCULTURA DOS AFETOS E A COMPULSORIEDADE DE UM REGIME COLONIAL AFETIVO

A heterossexualidade compulsória, como viemos sugerindo neste estudo, trata-se de um sistema ontológico que se reifica a partir de tecnologias de dominação-regulação-controle incessantes. Diante destas *performances* que desejam se substancializar, pretende-se sugerir nesta seção, que a ficção da estabilidade corporal em suas coerências e correspondências entre sexo-gênero-desejo, articula a *garantia* de uma incitação colonial monocultural afetiva. Como a *estabilidade* do corpo, a afetação unitária se trataria de um *efeito* dessa economia sexual colonial fundamental para a colonização (Núñez, 2023). Geni Núñez (2023), pensadora e psicóloga Guarani, sugere uma análise do modo como fomos-somos incitados a nos afetar em nossas relações em sua amplitude afetiva. Segundo Núñez, a monocultura dos afetos estaria atrelada à própria condição de nossa afetação, sendo ela *efeito* de uma economia heterossexual colonial compulsória, nos condiciona a imaginar-pensar-sentir as afetações *naturalizadas* por princípios monogâmicos-cristãos-heterossexuais. Esta monocultura dos afetos, gira em torno: da posse, da propriedade, da fidelidade do meu desejo e do outro, da estabilidade emocional e afetiva, do felizes para sempre, do prazer sexual, de impossibilidades de afetações em concomitância, em suma, da cristalização e unidade afetiva. Diante desta sintomática heterossexualidade compulsória no seio de nossa imaginação e possibilidade afetiva, será a monocultura o único modo *naturalmente* possível de afetação?

Núñez, em sua obra “*Descolonizando Afetos: experimentações sobre outras formas de amar*” (2023), fundamental para uma análise Ética-política da cultura afetiva imbricada a uma colonização em *continuum*, começa nos lembrando da força da palavra, e conta que sua mãe não conhece, em Guarani, nenhuma palavra que denote posse (2023). Em vez de dizer que somos donos de algo, afirma Núñez, diz-se em Guarani que estamos em sua companhia: o rio não é nossa propriedade, como a terra também não, “[...]não somos proprietários de nenhuma existência [...] Não somos donos da terra, somos a terra” (2023, p.20). Sugerindo

que a linguagem Guarani evidencia o espírito livre de posse, essa que adoece a terra, como também o nosso corpo-espírito, defende que viver bem é viver sem posse. Nesse caminho desnaturalizador da posse como possibilidade *natural* de afetação, exibe sua tese principal: A colonização inventou e impôs a posse como forma de afetação (Núñez, 2023), e, como podemos também sugerir, trata esse regime colonial de esconder os processos de incorporação através dos quais a naturalização das técnicas heterocoloniais se dão (Preciado, 2023).

Geni Núñez (2023) nos lembra que sua noção de afeto não se trata de carinho ou de relações sexuais com outro animal-humano, mas a defende em um sentido amplo. Neste caminho de abertura da noção de afeto, faz uso do sentido de afetação do filósofo moderno Espinosa (1979), e propõe a ampliação dessa noção para além de uma relação sexual-afetiva, isto é, afetar-se ao mundo, com os viventes em sua pluralidade, com os rios, as montanhas, as plantas, os animais humanos-não humanos, em variadas e indizíveis formas. A pensadora Guarani chama atenção ao modo como nos afetamos e somos afetados e para como somos autorizadas a nos afetar a partir da unidade e centralidade afetiva direcionado a um caminho monocultural, sem concomitância, durável e estável. Fora dessa suposta *natureza* original de afetação, dentro de um discurso colonial heterossexual, só há patologias, selvageria, inumanidade e monstruosidade (Preciado, 2023).

Neste caminho de análise, a pensadora nos alerta para a colonização atrelada à incitação de uma monocultura compulsória dos afetos. Nos afetamos desde o início de nossas vidas a partir do desejo de uma unidade durável e monocultural: uma única formação, tão específica quanto unitária – escola, graduação, mestrado, doutorado etc, um corpo unitário, naturalizado e essencialista ao máximo possível, um único gênero, um único recorte sexual, uma única coreografia sexual (entra e sai, sai e entra), um único parceiro em dado tempo e o mais durável possível, etc.

Nessa coreografia violenta da produção-incitação do um e da não concomitância, isto é, de apenas uma relação afetiva por vez, Geni Núñez (2023) se atenta à invasão na primeira modernidade, como à necessidade de exterminar e tornar os povos indígenas monogâmicos como condição para a colonização. Ao sugerir que a não monogamia precisava ser erradicada com rapidez no início da invasão colonial, analisa que a multiplicidade afetiva dos povos originários era um empecilho para o batismo, para a procriação dentro do seio familiar, para a catequização e casamento cristão (Núñez, 2023) e, consequentemente, para a produção da família nuclear como “cristais biopolíticos” (Foucault, 2017).

Nesse sentido, a monogamia no início da invasão colonial era, e é, um projeto civilizatório que buscava impor a moralidade cristã, erradicando as práticas não monogâmicas, instituindo a monogamia e o cristianismo heterossexual. Este movimento de destituição dos costumes afetivos dos povos originários os invasores faziam em nome do bem e da moral, em nome do amor, da família e da *natureza* humana. Curiosamente, princípios que, até hoje, são fortemente incitados como bons valores. Nesse sentido, Geni Núñez (2023) nos chama atenção para a urgência de suspeitarmos do bem como exercício descolonial, e do que nos ensinaram como justo e correto, em outras palavras, do que nos ensinaram como *natureza* fundante e originária do humano. Humanamente possuímos família-estado-propriedade privada, humanamente amamos uma única pessoa em um dado momento, humanamente temos linguagem, humanamente *temos* sexo, humanamente trabalhamos até a morte etc.

Nesse sentido, o que chamamos de natureza humana é sempre efeito de negociações, de violências, de pactos de sentido, de recortes corporais, de técnicas, sugerindo, desse modo, que a manutenção do humano unitário e universal conta com a abjeção e exploração do que não é humano, portanto, selvagem e não sujeito. O Eu unitário tem como condição a produção e exclusão de tantas outridades (Kilombra, 2019), evidenciando que o silencio da manutenção do sujeito, do humano, implica incontáveis violências, como nos lembra Mombaça (2016).

Como proposta descolonial, Núñez (2023) evidencia sua escolha por estudar a não monogamia e não correntes como o poliamor ou o amor plural. A não monogamia, explica Núñez, não teria a ver com a necessidade de múltiplas relações de poliamor simultâneas, não que fosse um problema tê-las, mas tem como fundamento o cuidado ético-político de que essas relações não totalizem as vidas e despotencializem a multiplicidade afetiva com o mundo, com a comunidade, consigo e com o todo. Núñez traz como argumento a proposta de autonomia sobre o corpo e de ter, inclusive, uma única relação afetiva sexual, ou nenhuma, caso queira, mas também de ter outras, caso assim também queira. A não monogamia, sugerida pela autora, é uma proposta de artesania dos afetos para que a posse-estabilidade do desejo do outro, como também do seu próprio, não seja a condição de afetação.

Com Núñez (2023), perguntemos: o que sobra do nosso prometido amor romântico-verdadeiro quando retiramos, se é que é possível, a propriedade-posse do outro, o “felizes para sempre”, a fidelidade, a estabilidade e unidade de si do outro, a obediência e a prática sexual - mesmo quando não queremos, o trabalho doméstico incessante de mulheres

racializadas do centro dessa relação de afetação? O que sobra de nossos afetos quando tensionamos-desnaturalizamos a heterossexualidade compulsória como um regime de verdade constituidor da possibilidade de nossas afetações-relações? Há possibilidade de afeto fora da heterossexualidade?

Em suma, podemos sugerir, que Núñez propõe a não monogamia distante da tentativa de resolução à violência heterocolonial em curso, mas como uma abertura de possibilidades para uma artesania dos afetos e descolonização da própria pele, defendendo que nossas relações não podem nos esgotar, nos cansar, consumir nossa potência e muito menos nos castrar frente a multiplicidade dos encontros. Diante disso, articulou a descentralizemos do sexo como única via de relações de afetação, com a proposta de multiplicar o afeto além do desejo colonial: podemos amar a terra, os rios, os animais humanos e não-humanos e inúmeras relações afetivas concomitantes. A vida, o corpo e as afetações, defende Núñez, são múltiplas e artesanais. Se uma relação afetiva nos deteriora, engole nosso tempo e nossa força vital, impedindo-nos de existir em potência, devemos perguntar: quais cuidados éticos viemos tomado em nossos acordos de relações afetuosa? Com a potência de seu pensamento, nos lembra: nem tudo que é acordado, é ético, e pergunta: Qual léxico sustenta a possibilidade desse acordo? (Núñez, 2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PELA MULTIPLICIDADE DOS CORPOS E DOS AFETOS

Tensionar o desejo pela unidade sexual e dos afetos implica rasurar o desejo do estado-colonial de castração da nossa imaginação sexual e afetiva, como trata-se da tentativa de desestabilizar a suposta naturalidade que nos condicionam a assumirmos: sexos unos, identidades unas, coerentes e binárias, e que fazem da anatomia representações perfeitas da totalidade do corpo, no agora e no que pode vir a ser.

Casamentos unos, parceiros únicos, desejo único, corpo único, isto é, heterossexualizado. Suspeitar do sexo e de suas prescrições coloniais de utilidade e usos em sua ampla coerência de inteligibilidade, trata-se do desejo de desnaturalizar as fronteiras e recortes que nos autorizam a pensar um modo de vida uno, corpo uno e afeto uno. Trata-se dos estudos das coreografias contrassexuais, atrelado à urgência de rasurar as fronteiras de possibilidade de uma natureza pura-boa-humana, no desejo de desnaturalizá-la, assumindo suas coreografias de violência e a potência dos desvios. Implica em destituir a possibilidade

do normal, devolvendo ao normal suas lentes de normalidade (Mombaça, 2016), seus lugares naturalizados – monogâmicos, nucleares, heterossexuais, estatais – implica, por fim, no desejo de os evidenciar como tão culturais, técnicos, artificiais, quanto qualquer desvio.

Nesse sentido, identificar a monogamia enquanto uma tecnologia de controle, como a diferenciação sexual naturalizada, reforça a ideia de que o Sujeito sempre teve nas mãos - amparadas por bisturis e legalidades - as condições técnicas de leitura e significação das relações e do corpo. Homens cisgêneros sempre praticaram a não monogamia livremente, por exemplo, e nesse sentido, a monogamia é uma ficção do poder (Mombaça, 2016) que se reitera com o desejo de continuar explorando o trabalho doméstico das mulheres (Núñez, 2023) a partir da naturalização de determinadas tecnologias de controle (Preciado, 2023). Trabalho gratuito e por amor na criação das crianças, gratuito e por amor na sustentação da família, do capital estatal. Isso porque estado, posse e estabilidade em núcleos familiares tratam-se da *natureza* humana. Portanto, cuidado com o que chamamos de bom e correto, como diz Núñez. Por fim, cuidado com o que chamamos-nomeamos de *natureza*.

Neste caminho de análise, como último lamento, poderiam nos confrontar: mas temos o casamento entre pessoas do mesmo sexo legalmente aceito e temos o sistema único de saúde financiando terapias hormonais para transição de gênero em nosso país. Já não aceitamos vocês com suas *viadagens* e até botamos um espetinho de legumes em nossa churrasqueira de carne sangrando, o que tanto vocês querem? Esta pergunta, sugiro ser potencializada com Judith Butler (2022): Qual preço pagamos por desejar o desejo do estado? Qual preço pagamos por desejar pertencer a um lugar de *natureza* sexual e de *natureza* afetiva? Quem o estado deseja que o deseje? Quem pode desejar este desejo? É possível pensar politicamente sem pensar naqueles que o estado-capital-indústria farmacêutica-escola-filosofia não desejam? É possível filosofar sem pensar no irrepresentável? No abjeto? No anormal? No indizível?

**Eu, monstro meu
Susy Shock**

“[...]eu monstro do meu desejo
carne de cada uma das minhas pinceladas
tela azul do meu corpo
pintora do meu caminhar
não quero mais títulos para carregar
não quero mais cargos nem caixas onde encaixar
nem o nome certo que me reserve qualquer Ciência
Eu borboleta alheia à modernidade
à pós-modernidade
à normalidade
Oblíqua

Vesga
Silvestre
Artesanal
Poeta da barbárie
com o húmus do meu cantar
com o arco-íris do meu cantar
com meu esvoaçar:
Reivindico: meu direito de ser um monstro
Que os outros sejam o Normal
O Vaticano Normal
O Credo em deus e a virgíssima Normal
e os pastores e os rebanhos do Normal
o Congresso Honorável das leis do Normal
[...]Eu só levo as minhas faíscas
o rosto do meu olhar
o tato do que foi ouvido
e o gesto vespa do beijar.”
(Shock, Susy, 2021.
p.94)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos.* vl.1. Trad. Sergio Melliet, 3º ed. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2016.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Subversão de identidade.* Trad. Renato Aguiar. 24º ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2023.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: Limites discursivos do sexo.* Trad. Veronica Darminelli e Daniel Yago Françoli. Rio de Janeiro, Crocodilo, 2019.
- BUTLER, Judith. *O parentesco ainda é heterossexual?* In: Desfazendo Gênero. Trad. Luís Felipe Teixeira e Petra Bastone. Rio de Janeiro, Unesp, 2022.
- FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade:* Vontade de saber. vl.1. Trad. Maria Thereza de Albuquerque. 6ºed. Rio de Janeiro e São Paulo, Paz e terra, 2017.
- FOUCAULT, Michael. *Em defesa da sociedade:* Curso no Collège de France (1975-1976) Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins fontes, 2005.
- HADDOCK LOBO, Rafael. Preciado e o pensamento da contrasexualidade (Uma prótese de introdução). *Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência,* nº 2, v. 9. 2016, p. 77-92.
- HADDOCK LOBO, Rafael. Que "corpo" é esse de Preciado? (Ou que corpos depreciados são esses?), *Revista Concinnitas,* n. 32, v. 1. 2018, p. 85–122.
- HARAWAY, Donna. *Manifesto ciborgue Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX em Antropologia do ciborgue:* as vertigens do pós-humano. 2º ed. Org. e trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2009.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira, Cobogó, 2019.

LUGONES, Maria. *Colonialidade e Gênero em pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Org. Heloisa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2020.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial em *Estudos Feministas*. Florianópolis, n° 3, v. 22. 2014, p.935-952.

MOMBAÇA, Jota. *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência*, 2016. Link:

<http://img.fbsp.org.br/files/62cc76f73d2d77003436339c56954187.pdf>. Acessado em 08/07/2023.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania e estado de exceção, política de morte*. Rio de Janeiro, N-1, 2018.

OYÈRÓNKÉ, Oyêwùmí. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Trad. Wanderson Flor. Rio de janeiro, Bazar do tempo, 2021.

PRECIADO, Paul. *Manifesto Contrassetual: Práticas subversivas de identidade corporal*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 2022.

PRECIADO, Paul. *Testo Junkie: Sexo, drogas na era farmacopornográfica*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro e Verônica Daminelli Fernandes, Rio de janeiro, Zahar, 2023.

RODRIGUES, Carla. Ser e devir: Butler leitora de Beauvoir. Dossiê Simone de Beauvoir. *Cadernos pagu* n. 56. 2019, p.2-21.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero em *Estudos Feministas*, n. 13, v.1. 2005, p.179-199.

RODRIGUES, Carla. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida em *Revista latino americana*, n.10. 2012, p.140-164.

SHOCK, Susy. Eu, monstro meu. *Periodicús*, n.15, v. 1. 2021, p. 91-97.